

**3ª CÂMARA CÍVEL**

Agravo Legal no Agravo de Instrumento Nº

331591-5

AGRAVANTE: BANCO CITIBANK S/A

AGRAVADO: ROBERTO BENTO DE ANDRADE

RELATOR: Des. Bartolomeu Bueno

**ACÓRDÃO**

**AGRAVO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE RECEBIMENTO DA APELAÇÃO INTERPOSTA COM EFEITO SUSPENSIVO. DESCABIMENTO. CAPÍTULO DA SENTENÇA QUE CONFIRMA A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA.**

1. O agravante pleiteia o recebimento do recurso de apelação interposto no seu duplo efeito, de forma a evitar a execução provisória da sentença.
2. Todavia, conforme disposto no artigo 520, VII, do Código de Processo Civil, interposta apelação contra sentença que confirmou a antecipação dos efeitos da tutela, este recurso será recebido apenas no efeito devolutivo.
3. Precedentes do STJ.
4. Recurso desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo no AI nº 331591-5, em que figura como Agravante BANCO CITIBANK S/A e como Agravado ROBERTO BENTO DE ANDRADE, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife, 28-12-2014

  
Desembargador Bartolomeu Bueno  
Relator



**3ª CÂMARA CÍVEL**

Agravo Legal no Agravo de Instrumento Nº  
331591-5

AGRAVANTE: BANCO CITIBANK S/A

AGRAVADO: ROBERTO BENTO DE ANDRADE

RELATOR: Des. Bartolomeu Bueno

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo de Legal manejado pelo BANCO CITIBANK S/A em face de decisão terminativa que negou seguimento a agravo de instrumento interposto contra decisão que recebeu recurso de apelação apenas no efeito devolutivo, nos termos do art. 520, inciso VII do CPC.

Irresignada, a instituição financeira interpôs o recurso em tela, aduzindo, em síntese, a necessidade de ser concedido efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto, tendo em vista que, caso não seja deferido o referido efeito, a execução provisória da sentença poderá causar um dano irreparável e irreversível ao agravante.

É o que importa relatar.

Recife, 28-1-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno.

Relator.

**3ª CÂMARA CÍVEL**

Agravo Legal no Agravo de Instrumento Nº

331591-5

AGRAVANTE: BANCO CITIBANK S/A

AGRAVADO: ROBERTO BENTO DE ANDRADE

RELATOR: Des. Bartolomeu Bueno

**VOTO**

A magistrada *a quo* proferiu sentença de parcial procedência dos pedidos formulados na inicial, no sentido de julgar procedente o pedido de reparação dos danos materiais, determinando ainda ao réu o ressarcimento de R\$ 57.561,46 (cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e um reais e quarenta e seis centavos), ao tempo em que julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais. Ainda no bojo da referida decisão, deferiu tutela antecipada no sentido de determinar ao demandado o estorno dos valores concernentes às retiradas indevidas efetuadas pelo mesmo, no valor de R\$ 28.780,73 (vinte e oito mil setecentos e oitenta reais e setenta e três centavos), no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação e independente de trânsito em julgado, sob pena de multa diária a ser arbitrada.

Neste diapasão, e em atenção ao art. 520 do CPC, no que toca ao capítulo da sentença que deferiu o pedido de tutela antecipada, não há que se falar de recebimento do recurso em ambos os efeitos, mas apenas no efeito devolutivo.

Nessa mesma linha de raciocínio, já se posicionou reiteradas vezes o Superior Tribunal de Justiça. Vejamos os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA QUE CONFIRMA TUTELA ANTECIPADA. APELAÇÃO. EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO.

Consoante dispõe o artigo 520, VII, do Código de Processo Civil, a apelação interposta contra sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela será recebida apenas no efeito devolutivo.

Precedentes.

Agravo Regimental improvido.

(AgRg no Ag 1124040/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 25/06/2009)

PROCESSO CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS - MULTA - INTUITO DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 98 - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - MOMENTO DA SENTENÇA - POSSIBILIDADE - APELAÇÃO - CABIMENTO - EFEITO DEVOLUTIVO - LEI PROCESSUAL NO TEMPO - COMINAÇÃO DE MULTA - EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA - IMPOSSIBILIDADE - ARTS. 588 C/C 659 DO CPC.

*B.F.*

1. A insistência na oposição de embargos declaratórios para atender a exigência de prequestionamento explícito, não merece sanção.
2. **O recurso cabível contra antecipação de tutela deferida na sentença é a apelação, recebida apenas no efeito devolutivo.**
3. Mesmo antes da vigência da Lei 10.352/2001, a apelação contra sentença, que confirma ou defere antecipação de tutela, pode ser recebida sem efeito suspensivo.
4. É incabível cominação de multa em execução provisória de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa. É que "se o devedor não pagar, nem fizer nomeação válida, o oficial de justiça penhorar-lhe-á tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal, juros, custas e honorários advocatícios" (CPC, Art. 588, cabeça c/c 659). (REsp 267.540/SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/11/2006, DJ 12/03/2007, p. 217)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SENTENÇA CONFIRMATÓRIA DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. APELAÇÃO. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. POSSIBILIDADE. APRECIACÃO SOBRE OS REQUISITOS DO ART. 558 DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07 DESTA CORTE.

1. **Conforme já exarado na decisão agravada, em princípio, em se tratando de apelação contra sentença que confirma a antecipação dos efeitos da tutela, o recurso será recebido apenas no efeito devolutivo.**
  2. No entanto, esta Corte já se pronunciou no sentido de que se o acórdão recorrido afirmar a existência de uma situação (fls.308/309) de que possa resultar lesão grave e de difícil reparação, a atrair o efeito suspensivo à apelação, mesmo nos casos de sentença que confirme a antecipação de tutela, caberá a concessão de efeito suspensivo à sentença.
  3. Por fim, não merece prosperar o alegado pelo agravante de que não estão presentes os requisitos do art. 558 do CPC no caso, pois o acórdão recorrido reconhecido reconheceu a relevância dos fundamentos do recurso e o risco de irreversibilidade do provimento antecipado.
  4. Para acolher a pretensão recursal, seria necessário fazer incursões em aspectos fático-probatórios, atraindo o óbice da Súmula n. 7 desta Corte Superior.
  5. Agravo regimental não provido.
- (AgRg no Ag 1358465/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/02/2011, DJe 10/03/2011)

Theotônio Negrão, em comentário ao art. 520 do CPC, assevera: *"Se a sentença que confirma a antecipação de tutela tem mais de um capítulo, a apelação interposta contra ela deve ter seus efeitos cindidos: meramente devolutivo em relação ao capítulo confirmatório e devolutivo e suspensivo em relação aos demais (JTJ 329/33: AI 1.185.590-0/6; 345/35: AI 649.422-4/3)".*

Além do mais, não trouxe o agravante fundamentos idôneos e aptos a contrastar a decisão atacada, cingindo-se, em verdade, a tecer comentários demasiadamente genéricos e sem o condão de afastar qualquer dos fundamentos da decisão atacada.

31,

Diante do exposto, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso,  
mantendo irretocável a decisão terminativa impugnada.

Recife, 29-1-2014

  
Desembargador Bartolomeu Bueno  
Relator